
Epistemologia, História e Estudos Estratégicos: Clausewitz versus Keegan*

Eugenio Diniz**

Introdução

Clausewitz é quase universalmente reconhecido como um “filósofo da guerra”.¹ Chegou-se mesmo ao ponto de argumentar que sua “maneira filosófica de se expressar”, expondo sua teoria da guerra

* Artigo recebido em abril de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2010. Uma versão anterior foi apresentada no Seminário Pesquisa e Educação em Estudos de Defesa e Segurança – REDES 2003, promovido pelo Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa (CHDS-NDU), realizado entre 27 e 30 de outubro de 2003, em Santiago do Chile.

** Doutor em Engenharia de Produção: Estudos Estratégicos pela Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), pesquisador ID do CNPq, pesquisador mineiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e membro do Grupo de Estudos Estratégicos e do International Institute for Strategic Studies (IISS) em Londres. E-mail: eudiniz@pucminas.br.

“de maneira muito abstrata e complexa”, teria contribuído para uma rigidez dogmática da regra de que “a destruição das forças principais do inimigo no campo de batalha” constituiria o único e verdadeiro objetivo da guerra (LIDDELL HART, 1982, p. 426-427). Sua proximidade temporal, intelectual e até mesmo pessoal com representantes do idealismo alemão foi enfatizada por vários comentaristas (por exemplo, Aron (1976) e Paret (1985)), que tentaram rastrear as influências que Clausewitz teria recebido desses autores (por exemplo, Paret (1985) e Gat (1989)). A ideia de que Clausewitz “raciocinava dialeticamente” induz Aron (1976) a tentar identificar pares de conceitos opostos que estruturariam a discussão na obra **Da guerra** (CLAUSEWITZ, 1984), e grandes intérpretes do idealismo alemão produziram artigos sobre Clausewitz (WEIL, 1971; PHILONENKO, 1976). Clausewitz também ocupa um capítulo da obra de Gallie (1979), **Os filósofos da paz e da guerra**, assim como Kant, Marx, Engels e Tolstói.

Essa posição, argumenta-se aqui, é inteiramente equivocada. Contrariamente ao que afirma Keegan (1994, p. 6), a intenção de Clausewitz não é mostrar o que a guerra deveria ser; trata-se, explicitamente, de compreendê-la tanto para melhor conduzi-la quanto para melhor entender a história, e, para tanto, o contato com a “experiência” é reafirmado sistematicamente no decorrer de todo o **Da guerra**, a ponto de em vários momentos Clausewitz afirmar sua disposição de abandonar sua teoria caso esta conflite com a realidade. De resto, é particularmente difícil reconciliar a ideia de um Clausewitz “filósofo” com a seguinte citação, retirada de uma obra em que Clausewitz (1993, p. 39) visa testar historicamente um estágio anterior de seu pensamento: “Esse modo de aplicar a nosso tema as formas de raciocínio que predominam nas ciências exatas é absolutamente contrário à maneira de discutir que se emprega frequentemente na teoria da guerra”.²

Ao não perceberem que a ideia de guerra como continuação da política depende diretamente de toda a exploração das consequências do

conceito de guerra absoluta (DINIZ, 2002), alguns intérpretes simplesmente relegaram a ideia de guerra absoluta ao ostracismo (como Paret (1985)), ou então postularam uma passagem “dialética” de uma definição a outra (como Aron (1976)). Outros, como Liddell Hart (1982) e Keegan (1994), não compreenderam as implicações práticas *necessárias* da conclusão do raciocínio – a guerra como continuação da política – e prenderam-se a supostas prescrições decorrentes da ideia de guerra absoluta. Outra tendência foi a do debate estritamente filosófico, tentando apontar as influências filosóficas da obra de Clausewitz, ou contrastá-la com outras abordagens ou com a própria, em bases puramente intelectuais, como é o caso de Leonhard (1994, 2000), Naveh (2000), Simpkin (1988) ou Jomini (s.d.).

A pergunta que se coloca, portanto, é: a construção intelectual de Clausewitz sobreviveria a um exame baseado na crítica rigorosa da moderna epistemologia? Isso nos leva aos problemas correlacionados da *demarcação* das teorias científicas e da *seleção* entre teorias alternativas.

Lakatos: Demarcação e Seleção de Programas de Pesquisa

Para Lakatos, a ideia de que o conhecimento científico seria aquele que lidaria com fatos científicos provados, além das inúmeras dificuldades lógicas que encontra, teria caído por terra após a substituição, em seus diversos campos, da física newtoniana por outras construções. Entretanto, as diversas variedades da alternativa mais destacada – o falseacionismo – apresentam diversos problemas lógicos, metodológicos e históricos.

Nas suas diversas variantes, a posição falseacionista é a de que, embora não se possa saber com certeza se uma teoria é *verdadeira*, pode-se saber com certeza se ela é *falsa*: a pesquisa empírica visaria

não a confirmar, mas a *refutar* determinadas teorias, por meio de experimentos que procurassem contraditá-la. Se o resultado não for contrário ao previsto pela teoria – ou melhor, até que algum experimento suceda em fazê-lo –, ela continuará sendo uma teoria científica válida, desde que formulada de modo a permitir sua refutação ou falsificação.

Porém, embora seja correto afirmar que uma teoria científica tem relação com o mundo empírico, essa relação é mais complexa do que geralmente imaginam os falseacionistas chamados por Lakatos de “dogmáticos”. Tome-se o problema da *observação empírica*. Quando Galileu afirmava observar fenômenos que contraditavam teorias tradicionais, seus oponentes combatiam sua afirmação não com base em uma resistência aos supostos fatos: o problema é que as observações de Galileu dependiam do telescópio, cuja teoria óptica estava longe de ser aceita à época. O problema poderia residir exatamente na aceitabilidade ou não *das próprias observações feitas por Galileu*. Ou seja, a própria observação dependia de uma teoria, ainda que não explicitada, sobre sua validade. O mesmo valeria para qualquer observação a olho nu, sem qualquer instrumento: no limite, a validade daquela observação depende de uma teoria fisiológica da percepção, ainda que não explicitada (LAKATOS, 1999, p. 14-15). Assim, como afirma Lakatos (1999, p. 15, ênfase no original), essa posição não se sustenta, pois “não há e nem pode haver sensações que não estejam impregnadas por expectativas; portanto, *não há demarcação natural (isto é, psicológica) entre proposições observacionais e teóricas*”.

Em segundo lugar, mesmo que não houvesse a objeção acima, nenhum experimento nos permite outra coisa que não juízos sobre ele; assim, mesmo o recurso à experiência apenas nos permite afirmar a *inconsistência entre dois juízos*. Mais uma vez, não há relação direta com a observação, mas apenas a incompatibilidade entre proposições teóricas.

O terceiro ponto tem a ver com o problema da rejeição da teoria “refutada empiricamente”. Embora teorias científicas tenham proposições que, em tese, poderiam ser refutadas (com as ressalvas feitas acima), as teorias científicas mais admiradas nunca chegam a proibir a ocorrência de um estado de coisas (LAKATOS, 1999, p. 16-17):

A história é sobre um caso imaginário de comportamento anômalo de um planeta. Um físico da era pré-einsteiniana toma a mecânica de Newton e sua lei da gravitação, (N), as condições iniciais aceitas, I , e calcula, com sua ajuda, a trajetória de um pequeno planeta recém-descoberto, p . Mas o planeta desvia-se da trajetória calculada. Nosso físico newtoniano considera que o desvio era proibido pela teoria de Newton e, portanto, refuta a teoria de Newton? Não. Ele sugere a existência de um planeta p' , até então desconhecido, que perturba a trajetória de p . Ele calcula a massa, a órbita etc. desse planeta hipotético e pede a um astrônomo experimental para testar sua hipótese. O planeta p' é tão pequeno que mesmo os maiores telescópios disponíveis não podem observá-lo: o astrônomo experimental solicita um financiamento de pesquisa para construir um telescópio ainda maior. No prazo de três anos, o novo telescópio está pronto. Se o novo planeta p' visse a ser descoberto, o fato seria saudado como uma nova vitória da ciência newtoniana. Mas isso não acontece. Nosso cientista abandona a teoria de Newton e sua ideia do planeta perturbador? Não. Ele sugere que uma nuvem de poeira cósmica esconde o planeta de nós. Ele calcula a localização e propriedades dessa nuvem e solicita um financiamento de pesquisa para enviar um satélite para testar seus cálculos. Se os instrumentos do satélite (possivelmente novos, baseados em teorias pouco testadas) registrassem a existência da nuvem hipo-

tética, o resultado seria saudado como uma vitória estupenda da ciência newtoniana. Mas a nuvem não é encontrada. Nosso cientista abandona a teoria de Newton, junto com a ideia da nuvem que a esconde? Não. Ele sugere que há algum campo magnético naquela região do universo que perturba os instrumentos do satélite. Um novo satélite é enviado. Fosse o campo magnético encontrado, os newtonianos comemorariam uma vitória sensacional. Mas o campo não é encontrado. Isso é considerado uma refutação da ciência newtoniana? Não. Ou uma outra hipótese auxiliar engenhosa é proposta ou... toda a história é enterrada nos volumes poeirentos dos periódicos e a história nunca mais volta a ser mencionada. [...]

Essa história sugere fortemente que mesmo teorias científicas das mais respeitadas, como a dinâmica e a teoria da gravitação de Newton, podem deixar de proibir qualquer estado de coisas observável.

São exatamente as teorias maduras, mais aceitas, as mais irrefutáveis no sentido descrito acima.

O reconhecimento dos problemas acima levou a algumas respostas. Uma delas é a ideia de que o empreendimento científico não é tão racional quanto se supunha, sendo antes uma questão de hábitos e satisfação.³ Uma das vertentes mais difundidas dessa posição é a de Kuhn (2000). Para ele, não há um critério normativo que permita escolher entre teorias. As ciências se caracterizariam pela adesão dos cientistas a um *paradigma*, que determinaria os rumos dos trabalhos – o que ele chama de “resolução de quebra-cabeças” –, mesmo na presença de resultados que contrariem as previsões teóricas do paradigma: é o que ele chama de *ciência normal*. A partir de certo momento – indeterminável *a priori* –, com o acúmulo de anomalias, sobrevém uma insatisfação generalizada com o paradigma. É quando então a comu-

nidade dos cientistas, em um determinado ramo do conhecimento, está prestes a acolher uma nova teoria, que se tornará então o novo paradigma predominante: é o que Kuhn chama de uma mudança de *Gestalt*, um fenômeno psicológico que tem origem em processos sociais na comunidade científica.

A posição de Kuhn sofreu inúmeras críticas. Por exemplo, Masterman (1999)⁴ mostrou que o termo “paradigma” assume inúmeros significados diferentes na obra principal de Kuhn (2000); Feyera-bend (1999) mostrou que era impossível distinguir, de acordo com Kuhn, entre a ciência e, por exemplo, o crime organizado; mais grave ainda, Watkins (1999) mostra que os procedimentos dos astrólogos se encaixam perfeitamente bem na descrição de ciência – a “resolução de quebra-cabeças” – feita por Kuhn. Toulmin (1999), por sua vez, mostra que a descrição feita por Kuhn não tem base na história concreta da ciência. E Popper (1999) pergunta-se como – se o próprio Kuhn critica as ciências sociais por não disporem de um paradigma e, portanto, por não terem desenvolvido uma tradição de “ciência normal” – ele pode basear seu argumento, sem qualquer consideração normativa, exatamente na psicologia e na sociologia? Kuhn (1999a, 1999b) não foi capaz de dar respostas satisfatórias a esses questionamentos, chegando mesmo a evitar os mais críticos – como o referente à astrologia, por exemplo.

Outra é a opção feita por Popper, e o que Lakatos chama de “falseacionismo metodológico”: diante da alternativa de abrir mão de qualquer critério – e, portanto, deixar de beneficiar-se de modo frutífero da experiência – e da opção de aceitar as limitações dos critérios, ele toma decisões metodológicas relativas ao que se deve aceitar ou não, e, não obstante reconheça a importância da tenacidade e resistência de cientistas perante anomalias – sem o que nenhuma teoria poderia seguir adiante –, considera que o critério da falsificação é o mais adequado para nos permitir pelo menos eliminar teorias marcadamente falsas (LAKATOS, 1999, p. 19-28).

Embora julgue a posição popperiana um avanço, Lakatos considera que os riscos envolvidos são muito grandes: as decisões metodológicas são muitas e arbitrárias e, além disso, sua diferença diante do falseacionismo dogmático parece ser apenas um “tributo verbal” ao reconhecimento daqueles problemas expostos acima, sem nenhuma diferença substantiva (LAKATOS, 1999, p. 28-30). A situação, portanto, não parece muito melhor que antes:

De fato, não é difícil identificar ao menos duas características cruciais, comuns tanto ao falseacionismo dogmático quanto ao metodológico, claramente dissonantes com a história concreta da ciência: (1) *um teste é – ou deve ser feito – uma luta entre duas partes, teoria e experimento, de tal modo que, na confrontação final, apenas estas se defrontem*; (2) *o único resultado interessante dessa confrontação é a falsificação (conclusiva): “[as únicas genuínas] descobertas são refutações de hipóteses científicas”*. Porém, a história da ciência sugere que (1’) os testes são lutas entre – pelo menos – três partes entre teorias rivais e o experimento e (2’) alguns dos experimentos mais interessantes resultam, *prima facie*, em confirmação e não falsificação (LAKATOS, 1999, p. 31, ênfase no original).

Pareceria, portanto, só restar então o caminho do ceticismo. Lakatos, entretanto, propõe uma nova alternativa, a que ele chama de “falseacionismo metodológico sofisticado”, por oposição ao anterior, agora dito “ingênuo”. Para ele, o falseacionismo metodológico sofisticado difere do falseacionismo metodológico ingênuo tanto no que se refere ao critério de demarcação (ou *regras de aceitação*) quanto no de falsificação ou eliminação de teorias:

Para o falseacionismo ingênuo, qualquer teoria que possa ser interpretada como falsificável experimentalmente é “aceitável” ou “científi-

ca”. Para o falseacionista sofisticado, uma teoria é “aceitável” ou “científica” apenas se tiver um excedente de conteúdo empírico corroborado com relação a sua predecessora (ou rival), isto é, apenas se levar à descoberta de fatos novos. Essa condição pode ser desdobrada em duas cláusulas: que a nova teoria tenha excedente de conteúdo empírico (“*aceitabilidade₁*”) e que parte desse conteúdo tenha sido verificada (“*aceitabilidade₂*”). A primeira cláusula pode ser checada instantaneamente por análise lógica *a priori*; a segunda só pode ser checada empiricamente e isso pode levar um tempo indefinido (LAKATOS, 1999, p. 31-32).

O mesmo vale para o critério de eliminação ou falsificação: uma teoria científica *T* será falsificada apenas se uma outra teoria rival, *T'*, for proposta, tendo as seguintes características:

- *T'* possuir maior conteúdo empírico (*excess empirical content*) que *T*, ou seja: *T'* deve prever fatos improváveis ou até mesmo impossíveis à luz de *T*;
- *T'* explicar o eventual sucesso de *T*, ou seja, o conteúdo irrefutado de *T* deve estar incluído no conteúdo de *T'*; e
- pelo menos algum conteúdo empírico excedente de *T'* for corroborado (LAKATOS, 1999, p. 32).

É fácil perceber que os critérios enunciados acima respondem à segunda objeção ao falseacionismo dogmático, levantada anteriormente por Lakatos: se os experimentos apenas geram juízos, o que eles permitem é apenas decidir entre juízos diferentes, a partir de sua consistência ou inconsistência com o juízo obtido com o experimento; portanto, não se julga *uma* teoria a partir da experiência, mas sempre, pelo menos, duas proposições.

Fazendo face à primeira objeção ao falseacionismo dogmático – nenhuma observação é independente de uma teoria que a valide, exemplificada pelo problema da teoria óptica do telescópio de Galileu –, Lakatos mostra que, quando uma teoria está sendo testada empiricamente, ela o está sendo não isoladamente, mas em conjunto com as diversas teorias auxiliares que lhe dão suporte. Ou seja, testes empíricos não testam teorias, mas conjuntos de teorias relacionadas entre si.

Os critérios enunciados acima permitem responder também à terceira objeção: se nenhuma teoria, *ao mesmo tempo*, resolver todos os problemas resolvidos por – pelo menos – uma teoria rival e ainda permitir prever fatos novos, elas estarão relativamente em pé de igualdade, o que levará a que os partidários de uma e de outra as ajustem de modo a permitir-lhes continuar dando conta de fatos novos. Cada teoria que for assim bem-sucedida poderá ser chamada de *progressiva*, enquanto continuar capaz de predizer fatos empíricos novos – como o newtoniano do exemplo do planeta de órbita anômala, transcrito mais acima. Se, entretanto, seus ajustes forem feitos de modo apenas a torná-la compatível com fatos anômalos *passados*, descobertos à sua revelia, ela estará, então, tornando-se *degenerescente*, o que terminará levando a que seja abandonada, por inútil.

Na medida em que uma teoria for capaz de se reformular e continuar predizendo novas descobertas, ela continua vigorosa, embora não seja, evidentemente, a mesma teoria anterior. Para Lakatos, portanto, só há refutação – isso é, abandono –, não de *uma teoria* em particular, mas dessa série de teorias interligadas entre si, quando esta se torna incapaz de se reformular e ao mesmo tempo continuar predizendo fatos novos, sendo substituída por outra série de teorias ainda progressiva. É por isso que Lakatos prefere falar não de refutação de teorias, mas de refutação de séries de teorias interligadas por continuidade, ou seja, de refutação de *programas de pesquisa*. Para Lakatos, não há experimento, proposição empírica, relato de experiência ou juízo observacional que possa, por si só, levar à refutação de um programa de

pesquisa: ele só será falsificado por um programa de pesquisa alternativo melhor. O próprio empreendimento científico em geral pode ser tratado como um imenso programa de pesquisas; mas o termo geralmente se refere a programas de pesquisa particulares (LAKATOS, 1999, p. 47).

Algumas consequências dessa posição aparecem imediatamente. Em primeiro lugar, a proliferação de teorias torna-se algo desejável em si mesmo, do ponto de vista do progresso do conhecimento, e independente do surgimento de fatos inexplicáveis à luz de uma outra teoria; afinal, só teorias melhores podem determinar a obsolescência de outras, e até gerar previsões novas que se revelarão incompatíveis com outras teorias (LAKATOS, 1999, p. 36-37).

Em segundo lugar, a adesão de cientistas a um determinado programa de pesquisas bem-sucedido deixa de ser irracional; ao contrário, torna-se parte necessária do avanço do conhecimento, na medida em que os ajustes feitos em um programa de pesquisa permitam predizer fatos novos, aumentando também as exigências sobre um eventual programa de pesquisa rival, cujos partidários também deverão dar o melhor de si para que este prevaleça. Neste sentido, Lakatos (1999, p. 47-52) mostra inclusive que os mais bem-sucedidos programas de pesquisa partem de um *núcleo central* deliberadamente infalseável, mantido protegido da refutação por uma espécie de *cinturão protetor* de hipóteses auxiliares e por uma *heurística negativa*, ou seja, caminhos de pesquisa que devem ser evitados, de modo a preservar sua *heurística positiva*, isto é, sua capacidade de continuar produzindo novas descobertas, a despeito da renitência de comportamentos anômalos.

Uma terceira consequência poderia ser chamada de abandono do mito do experimento crucial – aquele que, em tese, refutaria definitivamente uma teoria. Cada experimento que permite contradizer um determinado programa de pesquisa passa a ser encarado apenas

como um desafio, a que os partidários do programa poderão responder com um novo experimento ou ajuste, desde que esse seja progressivo. Um experimento só será reconhecido como crucial posteriormente, se os partidários de um programa de pesquisa não forem capazes de fazer um ajuste progressivo ou de produzir uma nova contestação, ao mesmo tempo em que os partidários de um programa rival o forem (LAKATOS, 1999, p. 35-36, p. 68-73).

A intenção aqui é, portanto, usar os critérios de cientificidade de Lakatos para testar o programa de pesquisa clausewitziano.

Clausewitz x Keegan: Teste Empírico da Teoria

Keegan x Clausewitz

Trata-se então de examinar a cientificidade da construção clausewitziana. Em primeiro lugar, é necessário que ela contenha proposições passíveis de gerar investigações empíricas. Em seguida, ela teria que ser confrontada com pelo menos uma construção rival, de modo a examinar se uma delas tem conteúdo empírico excedente com relação à outra, e se pelo menos parte desse conteúdo empírico seria de alguma forma corroborado.

Entretanto, surge imediatamente um problema. A maior parte das construções alternativas à clausewitziana não chegam a poder ser colocadas como um possível programa de pesquisa rival, uma vez que não atendem ao mesmo propósito. Na verdade, na maior parte dos casos, não se trata de construir uma teoria científica da guerra; antes, seus proponentes estão interessados em encontrar “regras para a vitória”, supostamente alternativas às “prescrições” clausewitzianas – identificadas conforme a preferência dos autores. Em alguns casos, tais regras são baseadas supostamente em uma investigação histórica; entretanto, trata-se na maior parte das vezes de uma enumeração

de casos elencados sem cuidado – como é o caso de Jomini⁵ e de Mahan;⁶ outras vezes, pura e simplesmente, com base em reconstruções históricas questionáveis – como é o caso de Liddell Hart.⁷ Chega-se até mesmo a apresentar como alternativa **A arte da guerra**, de Sun-Tzu, cujo propósito é quase que apenas transmitir um pouco da experiência acumulada de seu autor.⁸

Tendo em vista o propósito de opor uma construção alternativa à de Clausewitz, sobra-nos apenas a obra de Keegan (1994) – o que é uma alternativa ruim. De um lado, a obra possui inúmeras inconsistências internas.⁹ De outro, embora busque explicitamente confrontar Clausewitz – seu capítulo 1 começa com o período: “Guerra não é a continuação da política por outros meios” (KEEGAN, 1994, p. 3) –, sua explanação do pensamento de Clausewitz é muito falha, inclusive em termos factuais.¹⁰

Keegan (1994, p. 3) afirma que a ideia de guerra como continuação da política supõe “a existência de Estados, de interesses do Estado e de cálculos racionais sobre como estes podem ser atingidos”, ao passo que a guerra antecederia de muito aquela instituição. A ideia é ao mesmo tempo absurda e preconceituosa: supõe ou que não possa haver uma ideia de interesse comum – nem mesmo na sua oposição a outros grupos – no interior de uma dada comunidade cuja vida coletiva seja organizada de outra maneira que não a forma Estado; ou que, sendo possível haver, essas comunidades são incapazes de agir racionalmente; ou, ainda, que uma indistinção organizacional entre os três elementos que compõem a “trindade esquisita” implique a sua inexistência.¹¹ Assim, Keegan (1994, p. 23) afirma:

Embora excelente historiador, Clausewitz permitiu que duas instituições – Estado e regimento – que circunscreviam sua própria percepção do mundo dominassem seu pensamento de maneira tão estreita que ele acabou se negando a liberdade de observar quão diferente a guerra

poderia ser em sociedades para as quais tanto o Estado quanto o regimento fossem conceitos estranhos.

Com base nisso, Keegan (1994, p. 24-60) propõe sua própria alternativa, a de que a guerra seria um fenômeno exclusivamente cultural. Ele então visaria examinar algumas sociedades, supostamente em que os conceitos de “regimento” e “Estado” fossem estranhos, e observar a guerra no seu interior.

Essa é uma das partes mais complicadas de seu livro. Não só o seu conceito de cultura não fica claro em momento algum: em um certo momento, Keegan (1994, p. 27) afirma que “a política é praticada para servir a cultura”, deixando o leitor um pouco atônito, portanto, quanto à necessidade de supor a forma organizacional “Estado” para tratar de política, e ainda se pondo a indagar qual seria então a real diferença entre guerra como fenômeno político e guerra como fenômeno cultural. Trata-se de uma situação de difícil entendimento, pois se uma instituição política e suas atividades são instrumentos culturais, qual é realmente o ponto de se enfatizarem tanto suas diferenças?

Assim, as dificuldades da obra de Keegan são de tal ordem que se chega a duvidar de sua utilidade para contrastar empiricamente a obra clausewitziana. Entretanto, pode-se pensar uma maneira de testá-las. Se a guerra é, como afirma Clausewitz, uma trindade esquisita, um fenômeno social integral, a serviço da vida política de uma determinada sociedade, deveríamos encontrar casos em que uma sociedade cuja vida política sofreu uma modificação significativa tenha passado também por uma mudança significativa em sua maneira de combater; se a guerra fosse exclusivamente um fenômeno cultural, tais mudanças só ocorreriam após um prazo longo, medido em termos de gerações, e não anos.

Um cuidado é que a construção clausewitziana também permite dar conta de situações em que a mudança proposta não ocorra; afinal, a

guerra também contém o elemento de paixão, que nem sempre está sujeito às necessidades racionalmente identificadas nem à exploração de todas as possibilidades em busca de um determinado objetivo político. O ponto é que *a construção de Keegan não admite essa última hipótese*. Como ele mesmo afirma, a propósito dos Zulus:

É uma deficiência recorrente de sistemas guerreiros triunfantes que não produzem diversificação social e econômica a partir dos frutos da vitória que eles se tornem fossilizados no seu momento de glória. [...] no caso dos Zulus, isso resultou de eles terem que viver, como se disse dos prussianos, *toujours en vendette* – tão ameaçados por potências militares igualmente fortes (que, no sul da África no século XIX, estavam ainda em um estado mais avançado de desenvolvimento econômico) que eles continuaram a concentrar todas as suas energias em uma forma militar exclusiva.¹² Como tão frequentemente em outros lugares, a forma foi aquela que determinou sua ascensão. (KEEGAN, 1994, p. 31).

Assim, a proposição de Keegan é de que uma maneira de conduzir a guerra consistente com as características culturais de determinado grupo deveria permanecer constante, apesar de desafios políticos postos externamente, se modificá-la implicasse uma incompatibilidade entre as características culturais do grupo e as novas necessidades bélicas. Portanto, *se encontrarmos uma sociedade que modificou significativamente sua maneira de fazer a guerra, em curto espaço de tempo, no contexto de uma mudança política significativa, tratar-se-á de um ponto para o programa clausewitziano e um desafio para a proposta de Keegan*.

Outro cuidado é: o conceito de *política* para Clausewitz (ECHEVARRIA II, 1995-1996). Em um determinado momento, Clausewitz (1984, p. 606-607) afirma:

Pode-se considerar como resolvido que o objetivo da política é unificar e reconciliar todos os aspectos da administração doméstica, bem como os valores espirituais, e o que mais queira acrescentar o filósofo moral. A política, naturalmente, não é nada em si mesma; ela é simplesmente a procuradora de todos aqueles interesses com relação aos outros Estados. Que ela pode errar, servindo a ambições, interesses privados e vaidade dos que estão no poder, não é nosso problema aqui. Em nenhum sentido pode a arte da guerra ser considerada como preceptora da política, e aqui podemos tratar a política como a representante de todos os interesses da comunidade.

Política aqui é entendida, portanto, como uma atividade voltada para identificar e promover os interesses de uma determinada sociedade perante outras. Já quando Clausewitz procede a um inventário da maneira de guerrear de diversas sociedades em momentos históricos distintos, ele dá primazia a aspectos mais domésticos, voltados antes para a *forma de organização política* daquelas sociedades (CLAUSEWITZ, 1984, p. 586-593). O ideal, portanto, é que o teste empírico a que se vai proceder dê conta desse duplo significado do termo *política*.

Por fim, seria interessante que, além de o teste empírico basear-se em uma situação não examinada por Clausewitz, esta pudesse estar relacionada a uma situação em que uma forma organizacional semelhante a um Estado – ainda que “arcaico” – não estivesse presente de início. De acordo com Feinman e Marcus (2000, p. 4), em contraste com Estados-nações modernos, Estados arcaicos eram sociedades com uma classe dominante profissional e um governo ao mesmo tempo altamente centralizado e internamente especializado. Esses Estados arcaicos são tidos como mais poderosos que outras formas organizacionais que os precederam, principalmente em conduzir guerras, ar-

recadar tributos, controlar informação, recrutar soldados e regular o trabalho (FEINMAN; MARCUS, 2000, p. 4-5).

Dessa forma, a hipótese clausewitziana enunciada anteriormente será testada com base na experiência do povo de Israel, na transição entre a Confederação Tribal e o estabelecimento da Monarquia.

A Confederação Tribal de Israel

Apesar de não se poder ter certeza da intensidade da ocupação real das terras de Canaã pelos israelitas nesse período, o texto da estela do quinto ano de Menephtá é sinal de que, na segunda metade do século XIII a.C., Israel já existia como um ator político suficientemente relevante para ser mencionado:

Os príncipes estão prostrados dizendo: paz. Entre os Nove Arcos nenhum levanta a cabeça. Tehenu [Líbia] está devastado; o Hatti [hititas] está em paz. Canaã está privada de toda a sua maldade; Ascalon está deportada; Gazer foi tomada; Yanoam está como se não existisse mais; Israel está aniquilado e não tem mais descendência. O Haru está em viuvez diante do Egito (VV. AA., 1985, p. 37).

A reconstrução histórica da presença de Israel em Canaã – mais tarde chamada de Palestina – é bastante problemática, existindo pelo menos três vertentes distintas de interpretação (DONNER, 1997, p. 137-152; BRIGHT, 1978, p. 170-183). As narrativas bíblicas parecem condensações posteriores de tradições diferentes, embora com alguma base histórica, e em diversos momentos parecem contradizer-se.

O que parece possível afirmar é que, em algum momento, provavelmente durante o longuíssimo reinado de Ramsés II – 1301-1235 a.C. (LÉVÊQUE, 1998) e 1290-1224 a.C. (BRIGHT, 1978) –, um grupo

de antigos escravos saiu do Egito levando consigo o núcleo central de uma religião monoteísta. Ao longo de seu caminho, esse grupo parece ter-se expandido a partir da incorporação de outros povos, e talvez até mesmo de parte da população local de Canaã.

Altamente descentralizado politicamente, esse grupo se caracterizava por ser uma confederação tribal, sem uma liderança superior estabelecida. Embora haja, ao longo do Antigo Testamento, inúmeras variações nos nomes e localização das tribos, o número doze foi mantido fixo, invariável, provavelmente em função de serviços religiosos:

O número “doze” (ou “seis”) não é uma coincidência, tendo sido provavelmente ditado pela necessidade de um revesamento [*sic*] mensal (ou bimensal) na manutenção do templo central. A liga tribal israelita diferia de organizações similares, podemos supô-lo, não por sua forma externa, mas pela natureza do deus sobre [*sic* – naturalmente, sob] cuja égide ela foi formada – o que é mais uma ilustração de como é necessária, até mesmo essencial, uma perfeita compreensão da religião de Israel para entender a sua história (BRIGHT, 1978, p. 211).

Apesar de fiel à autocompreensão política da Confederação, a narrativa bíblica do Livro de Josué, capítulo 24, não parece uma reprodução veraz dos acontecimentos. Ao contrário, como bem salienta Bright, a “conquista” – ou “tomada da terra”, como prefere Donner (1997) – não poderia ter sido obra de um grupo pequeno. É impossível descrever o processo, mas é razoável estimar que ele tenha sido contínuo, com clãs agregando-se a cada uma das tribos – e até mesmo trocando de tribo –, não por laços de consanguinidade, mas por afinidade. Assim, é razoável supor que já houvesse um grau de coesão política construído anteriormente à tomada da terra – possivelmente no Sinai (BRIGHT, 1978, p. 213) –, baseada na ideia da aliança com Javé.

Essa aliança estava longe de ser uma aliança entre iguais: tratava-se, antes, de uma relação de vassalagem-suserania. Israel sempre se entendeu como tendo sido escolhido por Javé, não por mérito próprio, mas exclusivamente em função da graça de seu Deus. Do ponto de vista formal, o tratado da aliança baseia-se em um benefício já dado por Javé – a libertação da escravidão no Egito e a terra prometida – e na promessa de Javé de manter seu favor, desde que as cláusulas da aliança fossem observadas, devendo ser renovadas em cada geração¹³ (ver Bright (1978, p. 197)).

Não se deve esquecer, porém, que a narrativa da conquista, tal como relatada no Livro de Josué, contém um grau razoável de idealização, tanto da sequência dos acontecimentos, quanto da unidade de ação das tribos e da unidade da empreitada da tomada da terra. Por exemplo, Donner (1997, p. 140) salienta uma outra história da tomada da terra, no próprio texto do Antigo Testamento:

Sobretudo, porém, é preciso esclarecer que existem informações veterotestamentárias sobre a tomada da terra fora do livro de Josué que de modo algum concordam com aquela teoria da tomada da terra. [...] O peso principal merece uma sequência de versículos dentro do cap. 1 do livro dos Juízes que em seu conjunto é um conglomerado de pequenas histórias e notas sobre a temática da tomada da terra: Jz 1.19, 21, 27-35. Trata-se de uma listagem de tribos israelitas, com especial consideração das cidades e dos territórios que, no decorrer de sua tomada da terra, elas não estiveram em condições de conquistar. As tribos são apresentadas isoladamente; cada uma tem sua própria tomada da terra. Nenhuma palavra é dita sobre uma grande ação de todo o Israel, nenhuma palavra sobre Josué.

Para Donner, essa relação nos traz uma “relação negativa de propriedade” que permite tirar conclusões importantes. Com exceção de Je-

rusalém/Gebus, todas as cidades constantes da lista estão nas áreas de planície da Palestina. Sua conclusão é que, nos primórdios de Israel, a área de assentamento das tribos israelitas confinava-se, se não exclusivamente, pelo menos de maneira amplamente majoritária nas regiões montanhosas da Palestina: a área das montanhas com matas era então escassamente povoada pelos cananeus, quando o era (DONNER, 1997, p. 141). Esse ponto é muito importante e será retomado mais adiante.

Outra conclusão obtida por Donner a partir do exame da relação negativa de propriedade da terra é que ela evidencia que os assentamentos montanhosos israelitas eram interrompidos, na direção leste-oeste, por dois cinturões de cidades cananeias fortificadas que segmentavam o território israelita, por assim dizer, em três partes. Estes dois cinturões são:

- cinturão setentrional: demarcado pelas cidades de Bete-Seã (Bet-Shean), Jibleã, Taanaque e Meguido, podendo estender-se a linha até Dor, na costa do Mediterrâneo; e
- cinturão meridional: demarcado pelas cidades de Jerusalém (Gebus), Aijalom, Har-Heres, Saalbim e Gezer (DONNER, 1997, p. 141-142).

A narrativa do Livro dos Juízes é mais consistente com um outro conjunto considerável de dados. Por exemplo, a biga e o arco compósito já estavam largamente difundidos em Canaã por volta do século XVIII a.C. (YADIN, 1963, p. 75). Particularmente, a junção da mobilidade da biga com a letalidade do arco compósito compunha um sistema de armamentos poderosíssimo, dominante no combate terrestre nessa época. As forças de Israel, entretanto, combatiam exclusivamente a pé. Não havia a menor condição de Israel dispor de bigas: as exigências logísticas eram simplesmente incompatíveis com a situação social de Israel durante a tomada da terra – e, incidentalmente, também durante todo o período dos Juízes.

Antes de tudo, o emprego bélico da biga impunha demandas contraditórias: maximizar sua capacidade de infligir danos implicava aumentar sua capacidade de transportar, além do condutor dos cavalos, arqueiros (ou ainda alguém que portasse um escudo, de modo a proteger os arqueiros); isso implicava aumentar o peso da biga, e também um deslocamento do eixo das rodas da parte de trás do corpo da biga para o meio – diminuindo sua capacidade de manobras bruscas. Grande trabalho inventivo e artesanal era empregado na confecção desses equipamentos, diversificando-se o material usado – madeiras específicas (com todas as suas exigências em termos de seleção e preparo) para algumas partes, cola, couro, metal, tudo unido de maneira exigente em termos técnicos –, de forma a obter-se o melhor resultado possível. Assim, não só sua fabricação exigia pessoal altamente especializado e oficinas especiais; também seu emprego em combate exigia a disponibilidade de mão de obra e instalações para reparos (YADIN, 1963; PIGGOTT, 1992).

Tome-se, em seguida, a força motriz da biga – o cavalo. Não só era necessário ter acesso a um suprimento constante de cavalos, seja por captura ou por redes comerciais desenvolvidas: era necessário domesticá-los e treiná-los para serem empregados em parselhas, o que também demandava trabalho especializado. Esses animais altamente selecionados e treinados precisavam ser protegidos em estábulos, e bem alimentados por pessoal preparado. Esses animais altamente demandantes em termos alimentares precisavam de suprimento – e substituição – durante os combates, aumentando ainda mais as já pesadas exigências logísticas que se impunham sobre quem quer que dispusesse de bigas para o combate.

Por fim, eram necessários os homens que efetivamente utilizariam a biga em combate, cujas exigências em termos de treinamento – individual e coletivo – não eram desprezíveis: tanto o arqueiro tinha que ser dotado de especial destreza, quanto o condutor tinha que combinar as necessidades da efetiva condução dos cavalos com as necessi-

dades táticas de seu emprego em combate, em coordenação com o arqueiro (PIGGOTT, 1992, p. 44-47).

É evidente que, particularmente, mas não só, no processo de tomada da terra, Israel não tinha como arcar com tamanhas exigências. Entretanto, concentrando-se em ações nas montanhas escassamente povoadas, Israel neutralizava as bigas – totalmente inadequadas para o combate em montanhas – e maximizava sua vantagem de combater principalmente a pé e, eventualmente, também sua vantagem numérica. Cabe lembrar que Israel dispunha de armamentos mísseis de longa distância – arco e flecha e a funda.¹⁴

Por sua vez, é bastante improvável que Israel fosse capaz de sistematicamente tomar de assalto cidades cujas fortificações se encontrassem em bom estado, principalmente nas planícies. As vantagens dos defensores em cidades fortificadas são imensas: entre elas, o maior alcance relativo dos armamentos mísseis de longa distância (em função pura e simplesmente da vantagem da altura e da gravidade) e a proteção significativamente maior de que dispõem os combatentes, bem como, no caso em questão, a possibilidade de as forças sitiadas se verem obrigadas a combater com forças bem mais móveis – incluindo bigas – que visariam a libertar a cidade sitiada; além disso, a não ser que fossem pegos inteiramente de surpresa, a capacidade de armazenamento de alimentos (e, dependendo do caso, de acesso a água) dos sitiados era muito maior que a dos sitiados, o que dificultava o colapso da cidade e muitas vezes exigia a tentativa de tomar a cidade de assalto – o que implicava uma quantidade de baixas extraordinária da parte dos assaltantes, muitas vezes sem produzir o resultado esperado (KERN, 1999).

As técnicas de assalto também exigiam conhecimento especializado na construção de torres e no trabalho de sapa e/ou construção de túneis, além de imenso volume de mão de obra na construção de rampas. Cabe lembrar que tudo isso era feito sob oposição dos defenso-

res das cidades, com as vantagens já aludidas. Portanto, há que se acrescentar à enorme demanda por gente que os trabalhos colocavam a necessidade de combatentes que proveriam cobertura (notadamente arqueiros, às vezes fundibulários) e o imenso número de mortes que ocorriam tanto durante os trabalhos preliminares quanto durante o assalto propriamente dito. Como os arqueiros que proviam cobertura para os demais disparavam de posições desvantajosas – em igualdade de condições, o alcance e o impacto dos mísseis dos defensores eram necessariamente maiores que os dos arqueiros assaltantes –, o número de baixas entre estes era extraordinariamente alto. Como se tratava de combatentes especializados, grandes perdas de arqueiros muitas vezes implicavam um sacrifício irreparável para as forças assaltantes (YADIN, 1963; KERN, 1999). Não por acaso, ao longo da história, forças muito superiores relativamente a seus inimigos do que Israel era em relação às cidades cananeias foram incapazes de conquistar cidades fortificadas bem armazenadas. Em boa parte dos casos, cidades fortificadas eram tomadas com base em estratégias inusitados e arriscados,¹⁵ como revelam os famosos episódios do Cavalo de Troia ou de Dario e seu servo Zorrryllos.

Por sua vez, a construção de fortificações exigia uma quantidade de mão de obra imensa, difícil de se arregimentar em uma única cidade sem prejudicar severamente a economia local e sem impor grandes sacrifícios à população. Assim, a construção de fortificações demandava um esforço cooperativo difícil, pois supunha, pelo menos inicialmente, um estabelecimento de prioridades: habitantes de outras localidades teriam que abandonar seus afazeres para construir fortificações em cidades que não eram as deles. Esses trabalhadores teriam que ser alimentados a partir de um sistema centralizado de arrecadação e distribuição, pois a quantidade de gente que se acrescentaria a uma área implicaria o estrangulamento da capacidade local de alimentar seus habitantes *e mais os trabalhadores*. Embora isso fosse possível para as cidades-Estados estratificadas cananeias, era prati-

camente impossível de se obter em uma sociedade tão igualitária quanto a Confederação de Tribos israelita. Assim, áreas conquistadas na planície seriam extremamente difíceis de defender para Israel. As áreas montanhosas eram bem mais defensáveis.

Assim, afirma Donner (1997, p. 142):

[...] a tomada da terra por Israel transcorreu de modo bem diferente da dos filisteus, por exemplo. Os filisteus vieram para a planície litorânea, fixaram-se lá em cidades há muito existentes, adotaram as formas do sistema cananeu de cidades-Estado e logo depois também o modo de vida dos cananeus. As tribos israelitas, em contraposição, evitaram primeiramente as partes melhor *[sic]* desenvolvidas da Palestina, permaneceram em relativo isolamento nas montanhas e não sucumbiram tão cedo às tentações da cultura urbana cananeia.

Tudo isso ajuda a explicar dois fenômenos marcantes da história de Israel: a separação de fato entre a tribo de Judá, no sul, e as demais tribos do norte; e a sobrevivência da organização eminentemente tribal de Israel em Canaã.

O cinturão meridional de cidades fortificadas cananeias efetivamente separava, a leste do Mar Morto e do Jordão, as tribos de Judá e Simeão de todas as demais; a oeste do Mar Morto, Judá era separada das demais tribos por Moab e Edom. A única instituição supratribal era o templo central que abrigava a Arca da Aliança, durante boa parte do tempo localizada em Silo.

O sistema de milícias israelita também era de base tribal, cada tribo especializada em armamentos mais adequados a suas aptidões, tradições e condições sociais:

- Benjamim: arqueiros e fundibulários (ambidestros);
- Gad: escudos;

- Judá: escudos e lanças;
- Zabulon: “peritos em guerra”, com “todos os instrumentos de guerra”;¹⁶
- Neftali: escudos e lanças.

O abastecimento dos guerreiros e a organização interna das unidades acima eram também de responsabilidade das tribos (YADIN, 1963, p. 255-263). Donner (1997, p. 178) menciona como forma típica de organização as unidades de cinquenta e as unidades de mil, correspondendo diretamente, e respectivamente, a forças de clãs e de tribos; unidades de cem e de dez aparecem muito raramente.

Lutando nas montanhas, os israelitas neutralizavam as vantagens combatentes das cidades-Estados cananeias, a quem provavelmente eram capazes de sobrepujar em número. Às vezes, determinadas situações lhes permitiam até mesmo lutar nas planícies: quando, por exemplo, fortes chuvas tornavam o terreno intransitável para as bigas (YADIN, 1963, p. 255).

Uma vez que não havia qualquer forma institucionalizada de liderança supratribal, a ação coletiva das tribos, principalmente em tempo de perigo, era exercida *ad hoc*, a partir de líderes carismáticos, os “juízes” – sobre quem “estava o espírito de Javé” (Jz 3, 10). Esses, reconhecidos depois de algum feito relevante (geralmente uma vitória em combate), convocavam as tribos para repelir o inimigo. Nessa mobilização das tribos, residia a capacidade combatente de Israel, que não dispunha então de exército permanente. Unidos pela Aliança, provavelmente os israelitas eram capazes de arregimentar mais forças que as pequenas cidades-Estados cananeias.

O relato dos feitos dos juízes aparece, no Antigo Testamento, no Livro dos Juízes. A história ali narrada deve ser tomada com mais de um grão de sal: trata-se de materiais provenientes de fontes diversas que foram reelaborados e retrabalhados em uma redação posterior,

no marco da reforma deuteronomista do rei Josias, e refletem o enquadramento doutrinário particular do período, tendente também a enfatizar a necessidade da instituição da monarquia. Alguns dos relatos ali presentes são, de acordo com Donner (1997, p. 181-196), claramente inconfiáveis do ponto de vista estritamente historiográfico. Porém, pode-se perceber nitidamente o ciclo histórico de ameaça externa e a designação, por Javé, de um líder que lhe fizesse frente em seu nome.

Por outro lado, era exatamente no caráter tribal e igualitário de sua organização política que residia a maior fraqueza de Israel, pois não havia como obrigar as tribos a atender ao chamado das armas: essa obrigação era estritamente moral, e a sanção apenas a reprovação alheia. No cântico de Débora (Livro dos Juízes, capítulo 5), por exemplo, as tribos de Rúben, Galaad (Gad), Dã e Aser são citadas como não tendo atendido ao chamado. Ausente qualquer mecanismo de coerção, os mais diretamente ameaçados provavelmente tendiam a atender mais prontamente ao chamado dos juízes. Além disso, dificilmente seria possível arregimentar grandes contingentes na ausência de uma ameaça concreta, palpável: portanto, a capacidade de expansão de Israel era praticamente nula. A essa dificuldade se associam também a sua virtual incapacidade de combater na planície e a de construir fortificações que lhe permitissem manter áreas conquistadas.

Assim, Bright (1978, p. 210) pode afirmar: “Israel não tinha Estado, não tinha governo central, não tinha capital, não tinha máquina administrativa. A paz entre as tribos era mantida e a ação conjunta assegurada somente através das sanções da aliança”.

* * *

Tem-se aí, portanto, exatamente a situação a que, de acordo com Keegan, a teoria clausewitziana não se poderia aplicar. Nenhum dos elementos sequer de um “Estado arcaico” está presente, e essa organização vinha sendo suficiente para preservar a autonomia das tribos –

um elemento constitutivo da própria autoimagem de Israel – em inúmeras situações difíceis.

Caso Keegan esteja certo, seria de se esperar, *mesmo após uma dramática modificação do ambiente político*, a preservação das características fundamentais da maneira de guerrear de Israel, sob pena de pôr em risco a forma de organização política da sociedade, idealmente adequada aos fundamentos culturais dessa sociedade: a aliança com Javé. Caso Keegan esteja correto, dever-se-ia esperar a ocorrência de algo semelhante ao que ele afirma ter ocorrido com os Zulus, após a queda do Shaka, em 1828:

É uma deficiência recorrente de sistemas guerreiros triunfantes que não produzem diversificação social e econômica a partir dos frutos da vitória que eles se tornem fossilizados no seu momento de glória. [...] no caso dos Zulus, isso resultou de eles terem que viver, como se disse dos prussianos, *toujours en vendette* – tão ameaçados por potências militares igualmente fortes (que, no sul da África no século XIX, estavam ainda num estado mais avançado de desenvolvimento econômico) que eles continuaram a concentrar todas as suas energias numa forma militar exclusiva. Como tão frequentemente em outros lugares, a forma foi aquela que determinou sua ascensão (KEEGAN, 1994, p. 31).¹⁷

Os filisteus e a formação da monarquia em Israel

Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Coincidindo com a fraqueza simultânea – ou mesmo o desaparecimento, como no caso dos hititas – de todas as potências regionais, surgiu uma nova ameaça na Palestina: os filisteus, que depois de repelidos por Ramsés III se haviam instalado na costa cananeia, ao sul de Tiro, aproveitam a circunstância

política favorável para tentarem impor seu controle sobre toda a Palestina.

Os filisteus dispunham de forças tecnicamente muito superiores às israelitas. Além disso, seu sistema de lealdades para com comandantes de mercenários lhes permitia superar também em número as forças milicianas das tribos israelitas, cuja mobilização, como já se viu, era extremamente difícil (DONNER, 1997, p. 201-202).

Enquanto se mantiveram na planície litorânea, os filisteus não representaram ameaça para Israel. Mais tarde, porém, eles aparecem na região montanhosa, partindo de Afec (Afeque), onde, aliás, ocorreu o primeiro grande confronto entre os filisteus e a milícia israelita. A vitória filisteia foi humilhante, degradante: além de baterem os israelitas, os filisteus apoderaram-se da Arca da Aliança; mais tarde, Silo e o próprio Santuário Central – a única instituição supratribal de Israel – foram destruídos. Em seguida, os filisteus avançaram sem qualquer resistência efetiva até a região montanhosa, instalando postos fixos para fins de fiscalização e repressão – particularmente na região de Benjamin e até mesmo em Belém de Judá. A situação está claríssima do ponto de vista estratégico: os filisteus controlam agora o cinturão meridional de cidades fortificadas, efetivamente dividindo Israel em dois.

Desses postos, destacamentos eram enviados às montanhas, para manter a ordem e, provavelmente, arrecadar tributos. Até onde prosseguiu a expansão filisteia não se sabe, mas é certo que não chegou à Galileia nem à Transjordânia. É fato, entretanto, que a dominação filisteia teve efeitos paralisantes sobre Israel (DONNER, 1997, p. 202-203).

O impacto da presença filisteia é dramático: apesar de intensa oposição de alguns círculos – cujos traços aparecem decididamente nos Livros de Samuel –, baseados na interpretação da aliança de suserania-vassalagem com Javé, *a ameaça filisteia leva à transformação da*

organização política de Israel, com o surgimento da monarquia (DONNER, 1997, p. 203).

Descartado como uma mera aventura o episódio de Abimelec, o primeiro ensaio da monarquia em Israel é o trágico reinado de Saul (1020-1000 a.C., conforme Bright (1978)). Durante o período da pressão filisteia, os amonitas aproveitam a situação para expandir seu território. Provavelmente tendo submetido o território de Gileade (Gad, Galaad), sitiavam a cidade de Jabes. Foi então que o benjaminita Saul ouviu o que acontecia em Jabes e “o espírito de Iahweh caiu sobre ele” (I Sm 11, 6). Saul então mobilizou a milícia das tribos, derrotou os amonitas e libertou Jabes. Conforme salienta muito apropriadamente Donner (1997, p. 206-207), até aqui a história em nada difere da de um juiz: tem-se um líder carismático que, imbuído pelo espírito de Javé, realiza um feito guerreiro notável.

O inédito ocorre, porém, após a expulsão dos amonitas. Reconhece-se em Saul o homem que poderia libertar Israel dos filisteus:

Nele, que foi brilhantemente aprovado no teste comprobatório, pode-se depositar a confiança de que também saberá dar cabo dos filisteus na região montanhosa. Mas isso só será possível se Israel receber uma liderança uniforme e permanente que garanta a continuidade da luta contra os filisteus e não seja dependente do aparecimento esporádico e incontrolável do carisma que Javé talvez – e é isto que se espera – pudesse dignar-se a conceder. Israel necessita de uma instituição estável e de um comando militar permanente (DONNER, 1997, p. 207-208).

Ou seja, reconhece-se que o que está em jogo não é mais simplesmente sobrepujar alguma frágil coalizão de principados cananeus: há um desafio de primeira grandeza, trazido por uma potência politicamente organizada, coesa, superior na capacidade de guerrear, e cuja

expulsão seria um processo demorado e sistemático, que não poderia ser conseguido com um ou dois sucessos notáveis por uma liderança frágil. Saul é então aclamado rei no santuário de Gilgal (Guilgal, Gál-gala), junto a Jericó.

O reinado de Saul reflete claramente essa ideia de uma extensão da vocação de um juiz: não há nenhum indício de que Saul administrasse a justiça ou promulgasse leis. Seu reinado não dispõe de um aparato estatal desenvolvido: a única notícia de um detentor de cargo é o de Abner, comandante da milícia. Há, entretanto, indícios de uma corte rudimentar, da qual chegou a fazer parte Davi. Não se pode também ter certeza da existência de planos para consolidar a monarquia por meio de uma sucessão dinástica.

Do ponto de vista bélico, há também uma continuidade entre Saul e os juízes. Apesar da existência de um primeiro núcleo mais regular de um exército, composto de aproximadamente três mil homens selecionados por Saul, conformando uma espécie de guarda pessoal, seus métodos de combate são semelhantes aos dos juízes (YADIN, 1963, p. 203-204). Essa guarda era necessária para fazer frente à agilidade dos filisteus, evitando a mobilização constante da milícia tribal. Em troca de seus serviços, Saul concedia aos membros da guarda uma espécie de feudo, de propriedade da coroa (DONNER, 1997, p. 210).

Saul obteve vitórias contra os filisteus, provavelmente por meio de ataques de surpresa contra os postos filisteus nas regiões montanhosas, e menos em combates nas planícies. Ainda assim, as guerras contra os filisteus são frequentes nos seus reinados. O episódio mais conhecido é o curioso relato acerca do gigante Golias, que deu fama ao jovem Davi.¹⁸ Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, o relato não é propriamente inverossímil. Cabe recordar que os filisteus não dispunham de armamento míssil de longa distância, e suas forças eram adequadas ao combate corpo a corpo. Ao enfren-

tá-lo com uma funda, Davi *tinha nítida vantagem tática*. O manejo da funda exige, é certo, enorme experiência e treinamento, um exercício constante. Sendo um pastor, não é de se estranhar que Davi fosse hábil com a funda: em tempos de paz, a funda é empregada principalmente para afastar predadores de um rebanho (YADIN, 1963, p. 265-267). Não há nada de inverossímil ou milagroso no sucesso de Davi; mas não é incompreensível que seu prestígio subisse imediatamente às alturas.

O prestígio de Davi cresce ao mesmo tempo em que o de Saul declina. Embora claramente piedoso, Saul parece não ter sido muito feliz no trato de questões religiosas, e parece ter flertado com práticas repugnantes a muitas pessoas religiosas, inclusive um recurso desesperado à necromancia; seu exercício do sacerdócio parece ter sido visto como irregular por muitos. O favor de Samuel, principal líder religioso de então, lhe fora rapidamente retirado.

Ao mesmo tempo, a se acreditar no relato bíblico, o papel de Saul nas vitórias mais bem-sucedidas contra os filisteus era eclipsado pela atuação dos dois jovens amigos: seu filho Jônatas (BRIGHT, 1978, p. 244) e Davi. Sobre este, que havia sido incorporado à corte de Saul – ou para que o rei participasse de seu prestígio ou para ter o reputado músico por perto em seus acessos de melancolia – e se tornara genro do rei, dizia-se entre a população: “Saul matou mil, mas Davi matou dez mil” (I Sm 18, 7). O favor do rei, então, transforma-se em hostilidade: Jônatas – tido como herói pelos combatentes de Israel – sofre com acessos de cólera de seu pai; Davi passa a ser perseguido e foge para Judá, e Saul retoma-lhe a esposa, dando-a a outro.

A obsessão com Davi torna-se a ruína de Saul. Em Judá, Davi passa a reunir em torno de si um bando de desesperados, que rapidamente chegam a quatrocentos homens, e depois a seiscentos. Em nenhum momento, entretanto, essas forças entram em confronto com as forças de Saul; Davi recusa-se sistematicamente a enfrentá-lo. Saul che-

ga ao ponto de priorizar a caçada a Davi sobre a luta contra os filisteus – motivo original de sua aclamação como rei. Para os israelitas, começa a ficar claro que “o espírito de Iahweh tinha se retirado de Saul” (I Sm 16, 14; 18, 12). Na ausência de uma tradição dinástica e de um aparato administrativo, o caráter carismático da liderança de Saul esvaziou-se.

A perseguição de Saul leva Davi a oferecer, como um autêntico *condottiere*, seus serviços a Aquis, rei de Gat, ou seja, aos filisteus. Estes lhe designam uma faixa de atuação ao sul, supostamente contra Judá. Essa designação permitiu a Davi um extraordinário jogo duplo: enquanto fazia crer aos filisteus que agia contra Judá, Davi promovia ações contra os amalecitas e outros grupos, na verdade protegendo Judá e recorrentemente distribuindo benefícios entre seus clãs, de modo a deixar claro o caráter excepcional e provisório de sua vassalagem aos filisteus e tornando-se, de fato, o protetor de Judá (BRIGHT, 1978, p. 251-252).

Ao concentrar-se na perseguição a Davi, Saul deixara aos filisteus uma excelente oportunidade, que estes aproveitaram de um modo particularmente útil para Davi. Novamente reunindo-se em Afec, os filisteus rumaram para a planície de Esdrelon, no norte, evitando as montanhas e facilitando o apoio das cidades-Estados cananeias a eles aliadas, em uma posição que maximizava suas vantagens táticas, ao permitir o emprego desimpedido de suas bigas. Desconfiados de Davi, os filisteus não lhe permitem combater – o que, para Davi, foi providencial: não teve que combater Israel nem contra Saul.

Talvez por desespero, Saul deixou-se combater nessa situação extremamente desfavorável. O resultado foi desastroso: as forças israelitas foram arrasadas e morreram Jônatas e outros dois filhos de Saul; este, gravemente ferido, tirou sua própria vida. Os filisteus cortaram-lhe a cabeça e expuseram-no, junto com seus filhos, em Beth-Shan (Bet-Shean). Os habitantes de Jabes, entretanto, roubaram os

corpos e deram-lhes sepultura. Israel estava inteiramente à mercê dos filisteus (BRIGHT, 1978, p. 252-254).

É a partir daqui que se manifesta plenamente o talento político extraordinário de Davi. *Com a aprovação dos filisteus*, Davi é aclamado rei de Judá em Hebron. Embora se trate novamente de um grande guerreiro feito rei, as características de sua ascensão são inteiramente novas. Em primeiro lugar, ele se torna rei de Judá sem consulta a outras tribos: está consagrada a divisão de Israel. Em segundo lugar, Davi já assume o trono dispondo de um núcleo guerreiro permanente, que eram suas tropas pessoais. Em terceiro lugar, Davi assumiu o trono como vassalo de um poder estrangeiro opressor.

Em seguida, Davi dedica-se a reunificar Israel sob sua pessoa, contrariando as expectativas de “dividir e reinar” dos filisteus. Abner, chefe da guarda de Saul, havia proclamado o único filho restante deste, Isbaal, como rei de Israel. Este passo não contou com a adesão das demais tribos, e Abner rapidamente percebeu que sua iniciativa não iria muito longe. Assim, negocia sua mudança para o lado de Davi, insistindo com os anciãos de Israel para que fizessem o mesmo. Em troca, Davi exige apenas que Mical (ou Micol), filha de Saul, lhe fosse devolvida. Com isso, ancorava sua pretensão ao trono de Israel com base na afirmação do princípio dinástico. Quando Abner foi assassinado pelo chefe da guarda de Davi, Joab – que tinha uma rixa familiar com Abner –, acreditou-se nos protestos de inocência da parte de Davi.

Outros movimentos da parte de Davi iam na direção do reconhecimento da legitimidade do reinado de Saul. Quando dois homens lhe trouxeram a cabeça de Isbaal, Davi demonstrou enfurecimento e mandou matá-los, e mais uma vez acreditou-se na inocência de Davi. Na ausência de outros pretendentes à casa de Saul, o povo de Israel correu a Davi e aclamou-o rei em Hebron. Apesar da persistência de elementos rituais tradicionais, o fato era que a base da legitimidade

de Davi assentava em um pacto político que efetivamente pusera fim à Confederação Tribal.¹⁹ A monarquia de Davi unificara, mas sob sua pessoa, os dois reinos agora distintos de Israel e de Judá (BRIGHT, 1978, p. 254-257). Seu reinado durou, segundo Bright (1978), de 1000 a 961 a.C.

Os filisteus entenderam que era necessário agir imediatamente contra Davi, e ocuparam uma posição nas cercanias de Jerusalém (Gebus), com o evidente objetivo de separá-lo das tribos do norte; derrotados, tentaram uma nova vez, mas foram novamente rechaçados. Ao que parece, a premência de uma ação decisiva levou os filisteus a combates em condições desfavoráveis, nas montanhas, que permitiram a vitória das forças ainda pouco numerosas de Davi. O que se seguiu não é certo, mas é provável que Davi tenha perseguido sua vantagem até o próprio território dos filisteus, que teriam então se rendido; mais tarde, haverá registro da presença de mercenários filisteus combatendo ao lado de Davi. A ameaça filisteia havia sido debelada decisivamente (BRIGHT, 1978, p. 258-260).

Seguiu-se o outro feito político excepcional de Davi: a criação da nova capital. A opção feita foi por Jerusalém (Gebus), conquistada por Davi. Sem utilizar as milícias, Davi tomou essa cidade-Estado e fez dela uma possessão pessoal, sem qualquer ligação com as tribos: Jerusalém era tão somente “a cidade de Davi”. Ao tomá-la, Davi eliminou um enclave canaanita que separava os dois reinos, mas também conquistou uma situação política excepcional. Esta cidade nunca fora parte do antigo Israel, tendo sempre conservado sua autonomia. Além disso, situava-se na fronteira de Judá com as tribos cisjordanianas do norte. Assim, sua capital distanciava-lhe das rivalidades regionais – Hebron não seria aceitável às tribos do norte –, e permitia-lhe fácil comunicação entre Judá, o norte cisjordânico²⁰ e toda a região da Transjordânia. Para lá, fez ainda trasladar a Arca da Aliança e constituiu sua cidade como o novo centro do culto a Javé, em uma evidente tentativa de aliar o fundamento do antigo Israel à sua casa

real. Davi mostrava, assim, uma outra habilidade que faltara a Saul: a do trato com as questões religiosas (BRIGHT, 1978, p. 260-262).

Embora a Bíblia relate apenas a tomada de Jerusalém, é certo que, durante o reinado de Davi, procedeu-se à conquista final de Canaã, anexando as pequenas cidades-Estados e unificando a terra sob seu domínio; já não mais existiam os cinturões meridional e setentrional que separavam Israel. É bem possível que várias dessas cidades tenham aderido voluntariamente a Davi. Esse ponto não pode ser subestimado de forma alguma: do ponto de vista da capacidade bélica, *incorporavam-se a Israel as bigas cananeias e todo o aparato que as acompanhava*, o que só pode ser considerado como um reforço significativo.²¹ A partir de então, Davi pôde lançar-se a suas conquistas; no final de sua vida, era senhor de um império considerável, dispondo ainda de laços diplomáticos de considerável extensão. Um deles, extremamente significativo principalmente para o reinado de Salomão, é com Hiram, rei de Tiro (BRIGHT, 1978, p. 262-267; DONNER, 1997, p. 227-235).

Esse império não podia mais ser administrado nos moldes tradicionais: a amplitude do império, a existência concreta de dois reinos, unidos apenas na pessoa do soberano, mais as diversas rivalidades regionais – que só puderam aumentar com a incorporação das cidades-Estados cananeias –, tudo isso exigia a constituição de um aparato estatal significativamente superior ao de Saul. De fato, Davi parece ter instituído os seguintes postos, cujas funções podem ser aproximadas às de ministérios:

- “aquele sobre o exército popular”, ou seja, Joab. Cabe salientar que, apesar da existência de dois reinos e, portanto, de duas milícias, havia um só chefe; é evidente a intenção de Davi de impor-se sobre os chefes tribais – que, aliás, transparece também na organização das milícias, como se verá mais adiante;

- “aquele sobre os creteus e os pleteus”, isto é, o chefe dos mercenários, inclusive os filisteus; evidentemente, como Davi utilizava essas forças, assim como sua guarda pessoal, em missões em que não participavam as milícias – como a tomada de Jerusalém, por exemplo –, era preferível manter o comando separado;
- “o escrivão”, ou chefe da administração civil, que não era propriamente um primeiro-ministro, pois Davi exercia pessoalmente as funções governamentais;
- “aquele que faz lembrar”, ou chefe da chancelaria régia; esses dois últimos postos são inspirados na administração egípcia, inclusive nos seus nomes originais;
- “os sacerdotes”, mostrando que, em um assunto particularmente sensível, Davi preferiu não fortalecer em demasia autoridades secundárias; eventuais conflitos só eram resolvidos pelo rei em pessoa;
- “aquele sobre a corveia”, ou o responsável pelos trabalhos forçados. A importância desse posto, que vai manifestar-se plenamente no reinado de Salomão, é de certa forma negligenciada pela maioria dos autores. Várias obras importantíssimas seriam simplesmente impossíveis sem essa forma de mobilização do trabalho; e ainda
- os postos provavelmente honoríficos de conselheiros e do “amigo do rei”.

Essa lista traz apenas os nomes dos postos principais, negligenciando o significativo aparato administrativo necessário para o efetivo exercício das funções. É possível que Davi tenha se valido de quadros experientes, provenientes das estratificadas cidades-Estados cananeias (DONNER, 1997, p. 235-239).

A organização do exército de Davi também parece adequada para impor-se sobre a organização tribal, não a desconsiderando, mas enfra-

quecendo a dependência do poder central para com as lideranças tribais. A milícia era organizada previamente, em bases permanentes, com cada tribo fornecendo pequenas unidades básicas, que compunham unidades maiores (aproximadamente 24 mil pessoas) e que serviam durante um mês a cada ano. Embora naturalmente tribos maiores fornecessem contingentes maiores, esse sistema permitia aproveitar as aptidões naturalmente presentes em cada tribo, ao mesmo tempo em que disponibilizava contingentes homogêneos em termos de composição e efetivos. Embora o número de unidades equivalesse ao número de tribos, elas não correspondiam a estas. Cada unidade era comandada por um chefe próprio, e não por uma liderança tribal. Embora coubesse às lideranças tribais o estabelecimento daqueles pequenos contingentes que compunham as unidades maiores, nenhuma tribo tinha controle sobre essas últimas (YADIN, 1963, p. 275-284).

Tratava-se, assim, de um sistema que, politicamente, reconhecia a importância das tribos, mas não lhes dava controle sobre as forças. Do ponto de vista bélico, disponibilizava ao rei unidades homogêneas, coesas, disciplinadas e que integravam aptidões guerreiras diversificadas. Do ponto de vista econômico, embora fornecesse ao rei forças significativas, não significavam um sacrifício insuportável à atividade econômica local. Em caso de extrema necessidade, uma convocação geral podia ser proclamada, dando ao rei contingentes excepcionais – sem prejuízo, é bom lembrar, da guarda real e dos mercenários. É muito evidente que essa organização exigia um aparato administrativo considerável.

A obra de Davi estaria, entretanto, incompleta se não incluísse mecanismos que garantissem sua continuidade no futuro. Não por acaso, são notáveis os esforços de Davi para assegurar, desde o início de seu reinado, o estabelecimento de um princípio sucessório dinástico. Nisso, entretanto, ele parece ter sido atropelado pela rebelião de Absalão e pela intensa rivalidade entre os filhos de Davi. A crise su-

cessória só é debelada com a designação do jovem Salomão como seu regente, ainda em vida de Davi. É no reinado desse outro talentoso monarca (961-922 a.C., segundo Bright (1978)) que o princípio monárquico efetivamente se estabelece em Israel e em Judá, embora muito mais solidamente neste último.

É também no reinado de Salomão que os dois reinos adquirem a competência bélica que lhes faltava: a construção de fortificações. É eloquente testemunho da excepcional energia e talento diplomático de Salomão que, *apesar de intensa oposição das lideranças tribais*²² *e da ausência de uma ameaça imediata*,²³ ele tenha exatamente aproveitado a excepcional janela de oportunidade política e se utilizado intensamente da corveia para um programa acelerado de construções, que visavam assegurar a integridade do seu território e a consolidação institucional da monarquia. Assim, Salomão estabelece um monumental sistema de fortificações, centrado em três cidades: Meguido, Hazor e Gheser. As fortificações eram de excepcional qualidade, segundo a melhor técnica disponível.²⁴ Por sua vez, a tentativa de associar o culto a Javé e à casa de Davi foi intensificada, por meio da construção do Templo de Jerusalém.

Esse programa de construções, entretanto, não teria sido possível sem amplo fornecimento de material, com destaque para a madeira. Aqui, foi providencial o bom relacionamento com Tiro que Salomão herdou de seu pai, e cultivou ao longo de toda sua vida: a Fenícia encontrava-se, então, no auge de sua expansão comercial. Além disso, Salomão aproveitou intensamente a vantagem de sua posição, controlando rotas comerciais vitais, para levar grande vantagem no comércio regional – inclusive dos desmesuradamente importantes cavalos e bigas –, obtendo lucros consideráveis a partir daí. Também explorou intensamente minas de prata, e lançou-se em uma aventura comercial marítima sediada em Asiongaber (atual Elat, próxima a Ácaba), que parece ter sido bem-sucedida (BRIGHT, 1978, p. 281-284). Para proteger a rota até Asiongaber, também foi necessário

um vasto programa de fortificações na região de Edom – construídas, naturalmente, com trabalhos forçados.

Outro aspecto da defesa impulsionado por Salomão foi a expansão da quantidade de bigas à sua disposição. O número exato é discutível: Yadin (1963, p. 286) estima um máximo de 1.400 e um mínimo de quinhentas bigas, com tudo o que isso implica de custos, já mencionados anteriormente.

Mas Salomão também procurou garantir-se diplomaticamente: estabeleceu sólidas alianças por meio de casamentos, entre os quais com a rainha de Sabá e até mesmo com uma filha de um faraó, provavelmente Siamun (978-959 a.C., segundo Kuhrt (1997)), da 21^a dinastia. Essas esposas tinham, por sua vez, tratamento privilegiado, e vinham acompanhadas de um séquito significativo (além de cultos próprios, que desagradaram a muita gente).

Quanto aos cargos, foram acrescentados àqueles que já haviam sido criados por Davi:

- “aquele sobre os governadores”, responsável pela coordenação das administrações distritais, de modo a contra-arrestar a tendência à descentralização do poder;
- “aquele sobre a casa”, chefe da administração do patrimônio público e das propriedades reais; e
- “o amigo do rei”, mas agora, ao que parece, na forma de um conselheiro principal, um ministro sem pasta (DONNER, 1997, p. 264).

Não é difícil perceber, portanto, o enorme custo da corte, do aparato administrativo e das iniciativas de Salomão. De fato, mesmo levando-se em conta a intensidade de sua atividade econômica e comercial, seus recursos não são suficientes para sustentar o reino, e ele acaba obrigado a ceder parte de seu território em pagamento a Hiram de Tiro. Foi também obrigado a sobrecarregar seus súditos de impostos

– além da corveia –, tendo estabelecido doze distritos administrativos, para fins tributários, que não respeitavam as fronteiras tribais tradicionais. Os governadores desses distritos eram nomeados por Salomão, sendo que dois deles eram seus genros (BRIGHT, 1978, p. 289-292).

As conseqüências da consolidação da monarquia foram ainda mais longe: a centralização do culto em Jerusalém e sua dupla identificação com a Arca da Aliança e com a casa de Davi terminaram por firmar o dogma de que Javé escolhera Jerusalém como sua eterna morada, fazendo assim um pacto com Davi para que sua descendência permanecesse para sempre. Ao longo do tempo, essa doutrina se tornara tão sólida que a mera sugestão da possibilidade da derrocada da casa de Davi se transformara em uma blasfêmia: era afirmar que Javé violaria a própria aliança (BRIGHT, 1978, p. 294-301).

Essa ideia ganhou sólidas raízes em Judá, e não chegou a firmar-se no Reino do Norte. Neste, as lideranças tribais, nos últimos anos do reinado de Salomão, já estavam amplamente insatisfeitas com sua administração. Após a sua morte, seu filho Roboão sobe ao trono de Judá. Quando se apresenta aos líderes das tribos do Reino do Norte, estes demandam de Roboão um relaxamento da carga tributária e particularmente da corveia. Tendo obtido prazo para reflexão, Roboão preferiu, aos conselhos de homens experientes, seguir a opinião de outros jovens como ele: as decisões reais não seriam passíveis de crítica. O Reino do Norte abandonou então a casa de Davi. Os dois reinos estavam agora irremediavelmente separados (CAZELLES, 1986, p. 160). Porém, isso não significou um retorno à antiga ordem no Reino do Norte: também lá havia agora uma monarquia, apenas mais instável, sem um princípio dinástico consolidado.

Assim, Bright (1978, p. 292-293) conclui:

Bem mais significativa que qualquer medida tomada por Salomão foi a gradual mas impla-

cável transformação interna que ocorreu em Israel, e que foi realmente completada nos dias de Salomão. Pouco restou da antiga ordem de coisas. A confederação tribal, com suas instituições sagradas e sua liderança carismática, deu lugar ao estado dinástico, sob o qual todos os aspectos da vida nacional foram progressivamente organizados. No processo, toda a estrutura da sociedade israelita foi profundamente afetada.

[...] As etapas pelas quais essa transformação aconteceu já foram descritas. A reorganização administrativa do território, feita por Salomão, e que assinalou o fim efetivo da organização tribal, pode ser considerada como tendo alcançado seu clímax. Apesar de persistirem alguns vínculos tribais e o sistema das doze tribos continuar como uma tradição sagrada, em escala nacional, as tribos não eram mais consideradas como tais. A independência tribal terminara. Os homens das tribos, que não tinham conhecido anteriormente uma autoridade central e qualquer obrigação política, salvo quando eram recrutados em tempos de perigo (o que poderia conseguir-se, quando muito, apenas por sanções religiosas), eram agora reorganizados em distritos governamentais, sujeitos a pesados impostos e ao recrutamento para serviço militar – o qual, no reinado de Salomão, havia se tornado recrutamento para serviço manual. O sistema tribal estava acabado: a base efetiva de obrigação social não era mais a aliança com Iahweh, mas o Estado. E isto significava inevitavelmente que a lei da aliança perdera muito de sua importância na vida rotineira.

[...] Mais do que isso, a estrutura da sociedade tribal fora destruída.

Conclusão: Clausewitz x Keegan

Pode-se agora retomar o problema que levou ao estudo da trajetória do Israel antigo: o caso examinado corrobora as previsões feitas com base na perspectiva de Keegan ou de Clausewitz?

O que se observou no caso acima foi: constituiu-se uma sociedade, com base em uma aliança tribal, em que nenhuma das tribos predominava sobre as demais. Não havia uma autoridade central superior às tribos que pudesse se impor sobre elas. Isso implicava sérias limitações à capacidade guerreira daquela sociedade, mas esta era plenamente suficiente para fazer frente às ameaças mais frequentes encontradas por ela. A Confederação Tribal israelita foi capaz de sobreviver politicamente por aproximadamente dois séculos desse modo – bem mais que os 21 anos do Império Zulu. Essa organização era particularmente adequada aos fundamentos culturais, de natureza religiosa, da sociedade israelita. De acordo com Keegan, portanto, deveria esperar-se, mesmo em face de uma grave ameaça, a persistência das limitações à capacidade guerreira de Israel, uma vez que superá-las implicaria uma transformação em sua organização política que seria frontalmente contrária às bases culturais daquela sociedade.

Entretanto, o que aconteceu foi exatamente o oposto: a presença filisteia demonstrou a insuficiência da capacidade bélica israelita perante a nova ameaça. O que se viu então foi um dramático processo de mudança institucional, que apresentou um período de transição – o reinado de Saul –, tomou forma institucional com Davi e consolidou-se com Salomão. Essa mudança se realizou em função da necessidade de superar aquelas limitações, em si mesmas decorrentes da organização política da sociedade. Ao término do processo, todas as limitações bélicas de Israel haviam sido superadas: Israel dispunha de um aparato guerreiro que nada ficava a dever a nenhuma outra sociedade da época – inclusive uma força de bigas para combater na planície e a capacidade de construir fortificações do estado-da-arte de então. A

reorganização política foi tão dramática que subverteu e modificou os próprios fundamentos culturais da sociedade: a teologia da Aliança com Israel foi reelaborada nos termos de uma aliança com a casa de Davi, no caso de Judá; no Reino do Norte, embora essa doutrina não fosse aceita, também a monarquia se estabeleceu definitivamente. Nos dois casos, a Aliança original havia sido subvertida.

O que é que se pode afirmar então? Uma nova situação política, imposta pela força das armas, gerou uma mudança na forma de organização política de modo a abrir possibilidades bélicas até então fechadas àquela sociedade. Está-se, então, na presença clara da trindade clausewitziana e da caracterização da guerra como um instrumento político. A evidência, no caso de Israel, contraria Keegan e corrobora Clausewitz.

Note-se que o caso em questão dá conta inclusive do duplo conceito de política presente em Clausewitz, que foi identificado anteriormente: política como atividade voltada para identificar e promover os interesses de uma determinada sociedade perante outras, e política como forma de organização daquela atividade dentro de uma determinada sociedade. Como se viu, a ameaça externa levou a uma mudança interna. Qualquer que seja o conceito de política, ele foi contemplado no caso examinado.

Conclusão

Ao fim e ao cabo, pode-se afirmar que Clausewitz passou no teste de cientificidade de Lakatos, apresentado anteriormente: Clausewitz apresenta uma possibilidade que é incompatível com a proposição rival de Keegan – no caso, Clausewitz identifica a possibilidade de uma transformação social em larga escala, movida pelos desafios impostos por um oponente cuja capacidade de guerrear seja incompatível com as limitações guerreiras da sociedade desafiada, ao passo que essa situação é proibida pela teoria de Keegan. Ou seja, o progra-

ma de pesquisa clausewitziano apresenta um excedente de conteúdo empírico com relação ao programa de pesquisa rival. Por sua vez, o conteúdo empírico de Keegan, como se viu acima, é compatível com o programa clausewitziano, pois este, ao incluir as paixões na trindade esquisita da guerra, dá conta de eventuais resistências a uma transformação social em larga escala, naturalmente com o risco de destruição daquela sociedade. Por fim, viu-se acima uma corroboração do excedente de conteúdo empírico do programa clausewitziano, ao se identificar historicamente uma sociedade, que não tinha nenhum elemento que pudesse identificá-la como um Estado, sequer arcaico, sofrendo uma transformação política e cultural decorrente de um desafio político externo.

A conclusão de todo esse exame é, então, que a teoria clausewitziana é uma teoria científica, de acordo com as exigências rigorosas da epistemologia contemporânea.

Notas

- 1.** Aron (1976) admite que a “filosofia” de Clausewitz tem um caráter eminentemente prático, e aproxima sua forma de pensar da de Max Weber. Porém, o ponto é apenas mencionado, e bastante de passagem, sem qualquer discussão.
- 2.** De acordo com Paret (1985), este texto foi escrito entre 1816 e 1818. Esta e as demais citações de originais em língua estrangeira foram livremente traduzidas para este artigo.
- 3.** Variações dessa posição são os “paradigmas” de Kuhn (2000) e o “anarquismo” de Feyerabend (1993).
- 4.** Curiosamente, Masterman (1999) apresenta uma posição francamente favorável a Kuhn.
- 5.** Sobre Jomini, ver Jomini (s.d.), Proença Jr. et al. (1999, p. 54-90), Shy (1986) e Howard (1967).

- 6.** Sobre Mahan, ver Proença Jr. et al. (1999, p. 91-134), Mahan (1911, 1957), Crowl (1986) e Sprout (1973).
- 7.** Sobre Liddell Hart e os problemas com seu uso da história, ver Liddell Hart (1982), Mearsheimer (1988), Harris (1990) e Terraine (1992).
- 8.** Sobre Sun-Tzu, ver Sun-Tzu (1994) e Sawyer (1994). Sobre uma tentativa de aproximação entre Sun-Tzu e Clausewitz, ver Handel (2001).
- 9.** Ver, por exemplo, Herberg-Rothe (2001) e Bassford (1994).
- 10.** Ver Diniz (2002, p. 144-145) para uma discussão de alguns desses equívocos.
- 11.** Para uma crítica à ideia de Keegan de um outro ponto de vista, ver Villacres e Bassford (1995).
- 12.** No texto original, trata-se evidentemente de um erro tipográfico: a expressão que faz sentido é *exclusive*, e não *exclusively*.
- 13.** É um tema clássico da pregação profética a denúncia constante da ideia de que Javé manteria seu favor independentemente do cumprimento das obrigações impostas pela aliança. Tempos depois, essa aliança e essa promessa serão reelaboradas nos termos da perpetuação da Casa de Davi.
- 14.** Incidentalmente, observe-se a narrativa de Juízes, 1, 18-19: “Então Judá se apossou de Gaza e do seu território, de Ascalon e do seu território, de Acaron e do seu território. E Iahweh esteve com Judá, o qual se tornou senhor da Montanha, mas não expulsou os habitantes da planície porque tinham carros de ferro”. Ao aludir a carros de ferro nas planícies e nas vizinhanças de Gaza e Ascalon, faz-se uma referência óbvia aos filisteus: ou se trata de um anacronismo flagrante ou de um acontecimento tardio.
- 15.** Yadin (1963, p. 99-100) explica as conquistas, pelo argumento acima anômalas, das cidades fortificadas de Jericó e Ai pelo recurso a estratégias ou descobertas afortunadas, conforme se pode depreender dos textos bíblicos. Outras (como possivelmente Hazor) se explicariam pelo fato de que suas fortificações estariam bastante danificadas, dado que os faraós Seti I e Ramsés II combateram constantemente nas planícies palestinas (YADIN, 1963, p. 95).
- 16.** Naturalmente, de infantaria. É de duvidar, entretanto, que efetivamente dispusessem de cotas de malha, capacetes e outros equipamentos de proteção individual – que não o escudo –, cujo uso era também amplamente difundido em Canaã.
- 17.** Pede-se perdão ao leitor, mas foi inevitável repetir a citação.

- 18.** Esse episódio é acintosamente deixado de lado por Donner (1997), talvez por julgá-lo tão inverossímil que nem valesse a pena comentar. Entretanto, como se verá mais abaixo, ele não é inverossímil, mas talvez apenas incompleto ou romanceado. Desse modo, ele é uma explicação convincente para o súbito prestígio de Davi – que será confirmado em outras situações – e para o comportamento ciclótico de Saul para com Davi, incorporando-o à sua corte rudimentar, como músico e poeta, mas depois o perseguindo implacavelmente.
- 19.** Davi ainda fez um reconhecimento público ao povo de Jabes pela sua lealdade para com Saul, e mandou trasladar solenemente os restos mortais de Saul e seus filhos para a sepultura da família (DONNER, 1997, p. 215).
- 20.** Jerusalém dispunha de uma rota ligando-a a Ghezer, em uma bifurcação do Caminho do Mar em pleno território israelense.
- 21.** Ainda que esse contingente não tivesse a envergadura que se encontra no reinado de Salomão, é impossível que Davi pudesse ter sido bem-sucedido em campanhas longínquas, em áreas não montanhosas, sem bigas (YADIN, 1963, p. 284-287). O emprego de mercenários provavelmente também trazia consigo contingentes de bigas: tem-se notícia de filisteus e de hititas – inclusive Urias, o primeiro marido da mãe de Salomão – entre as forças de Davi.
- 22.** Essa resistência à corveia, aliada à inacreditável inépcia de Roboão, filho e sucessor de Salomão, levou à separação dos dois reinos após a morte deste último.
- 23.** É bom lembrar o período de decadência que o Egito atravessava, o fim do Império Hitita e os problemas por que passavam Assíria e Babilônia; os arameus, por sua vez, haviam sido subjugados por Davi e pagavam tributo a Salomão.
- 24.** Ver a excelente análise em Yadin (1963, p. 287-290). Yadin realizou pessoalmente várias escavações em Meguido e Hazor.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. **Penser la guerre, Clausewitz: l'âge européenne**. Paris: Gallimard, 1976.

BASSFORD, Christopher. John Keegan and the great tradition of trashing Clausewitz. **War and History**, v. 1, n. 3, Nov. 1994. Disponível em: <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/Keegan/KEEGWHO1.htm>>.

BRIGHT, J. **História de Israel**. São Paulo: Paulus, 1978.

CAZELLES, Henri. **História política de Israel: desde as origens até Alexandre Magno**. São Paulo: Paulinas, 1986.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Translated and edited by Michael Howard and Peter Paret. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1984.

———. **Campagne de 1814**. Paris: Ivrea, 1993.

CROWL, Philip A. Alfred Thayer Mahan: the naval historian. In: PARET, P.; CRAIG, G. A.; GILBERT, F. (Ed.). **Makers of modern strategy: from Machiavelli to the nuclear age**. Princeton: Princeton University Press, 1986. p. 444-478.

DINIZ, Eugenio. **Clausewitz, o balanço ataque-defesa e a teoria das relações internacionais**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção: Estudos Estratégicos) – Coppe-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

DONNER, Herbert. **História de Israel e dos povos vizinhos**. Petrópolis: Vozes, 1997. 2 vols.

ECHEVARRIA II, Antulio J. War and politics: the revolution in military affairs and the continued relevance of Clausewitz. **Joint Forces Quarterly**, winter 1995-1996. Disponível em: <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/ECHEVAR/ECHJFQ.htm>>.

FEINMAN, Gary M.; MARCUS, Joyce (Ed.). **Archaic States**. Santa Fé: School of American Research Press, 2000.

FEYERABEND, P. K. **Against method**. London: Verso, 1993.

———. Consolations for the specialist. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 197-230.

GALLIE, W. B. **Os filósofos da paz e da guerra**. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

GAT, Azar. **The origins of military thought: from the enlightenment to Clausewitz**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

HANDEL, Michael I. **Masters of war: classical strategic thought**. 3. ed. London: Frank Cass, 2001.

HARRIS, J. P. British armour 1918-1940: doctrine and development. In: HARRIS, J. P.; TOASE, F. N. (Ed). **Armoured warfare**. New York: St. Martin's Press, 1990. p. 27-50.

HERBERG-ROTHER, Andreas. Primacy of "culture" over war in a modern world? John Keegan's critique demands a sophisticated interpretation of Clausewitz. 2001. Disponível em: <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/Herberg-Rothe/Keegan2.htm>>.

HOWARD, Michael. Jomini and the classical tradition in military thought. In: HOWARD, M. (Ed.). **The theory and practice of war: essays presented to Captain B. H. Liddell Hart on his seventieth birthday**. New York: Frederick A. Praeger, 1967. p. 3-20.

JOMINI, Antoine-Henri, Baron de. **The art of war**. Westport: Greenwood Press, [s.d.]. [Primeira publicação em 1862].

KEEGAN, John. **A history of warfare**. New York: Vintage Books, 1994.

KERN, Paul Bentley. **Ancient siege warfare**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

KUHN, Thomas S. Logic of discovery of psychology of research? In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999a. p. 1-23.

———. Reflections on my critics. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b. p. 231-278.

_____. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KUHRT, Amélie. **The ancient near east, c. 3000-330 BC**. London: Routledge, 1997. 2 vols.

LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programs. In: LAKATOS, I. **Philosophical papers volume 1: the methodology of scientific research programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 8-101.

LEONHARD, Robert R. **The art of Maneuver: Maneuver-Warfare theory and AirLand Battle**. Novato: Presidio Press, 1994.

_____. **The principles of war for the information age**. Novato: Presidio Press, 2000.

LÉVÊQUE, Pierre (Org.). **As primeiras civilizações**. v. I. Os impérios do bronze. Lisboa: Ed. 70, 1998.

LIDDELL HART, B. H. **As grandes guerras da história**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

MAHAN, Alfred T. **Naval strategy compared and contrasted with the principles and practice of military operations on land**. Boston: Little, Brown and Company, 1911.

_____. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. New York: Sagamore, 1957.

MASTERMAN, Margaret. The nature of a paradigm. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 59-89.

MEARSHEIMER, John J. **Liddell Hart and the weight of history**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

NAVEH, Shimon. **In pursuit of military excellence: the evolution of operational theory**. London: Frank Cass, 2000.

PARET, Peter. **Clausewitz and the State: the man, his theories, and his times**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1985.

PHILONENKO, Alexis. Tolstoï et Clausewitz. In: PHILONENKO, A. **Essais sur la philosophie de la guerre**. Paris: J. Vrin, 1976. p. 9-24.

PIGGOTT, Stuart. **Wagon, Chariot and Carriage**: symbol and status in the history of transport. London: Thames and Hudson, 1992.

POPPER, Karl R. Normal science and its dangers. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 51-58.

PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SAWYER, Ralph D. Introduction. In: SUN-TZU. **Art of war**. Transl. and Introduction by Ralph D. Sawyer. Boulder: Westview Press, 1994. p. 77-162.

SHY, John. Jomini. In: PARET, P.; CRAIG, G. A.; GILBERT, F. (Ed.). **Makers of modern strategy**: from Machiavelli to the nuclear age. Princeton: Princeton University Press, 1986.

SIMPKIN, Richard E. **Race to the swift**: thoughts on twenty-first century warfare. London: Brassey's, 1988.

SPROUT, Margareth Tuttl. Mahan: evangelist of seapower. In: EARLE, E. M.; CRAIG, G. A.; GILBERT, F. (Ed.). **Makers of modern strategy**: from Machiavelli to Hitler. Princeton: Princeton University Press, 1973. p. 415-445.

SUN-TZU. **Art of war**. Transl. and Introduction by Ralph D. Sawyer. Boulder: Westview Press, 1994.

TERRAINE, John. **The smoke and the fire**: myths and anti-myths of war, 1861-1945. London: Leo Cooper, 1992.

TOULMIN, Stephen. Does the distinction between normal and revolutionary science hold water? In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 39-47.

VILLACRES, Edward J.; BASSFORD, Christopher. Reclaiming the Clausewitzian trinity. **Parameters**, Autumn 1995. Disponível em: <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/Trinity/TRINITY.htm>>.

VV. AA. **Israel e Judá**: textos do antigo Oriente Médio. São Paulo: Paulus, 1985.

**Epistemologia, História e Estudos
Estratégicos: Clausewitz versus Keegan**

WATKINS, J. W. N. Against “normal science”. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 25-37.

WEIL, Éric. Guerre et politique selon Clausewitz. In: WEIL, É. **Essais et conférences**. t. II. Paris: Librairie Plon, 1971. p. 218-246.

YADIN, Yigael. The art of warfare in biblical lands in the light of archaeological discovery. London: Weidenfeld and Nicolson, 1963.

Resumo

**Epistemologia, História e Estudos
Estratégicos: Clausewitz versus
Keegan**

Contesta-se a pertinência da afirmação de que Clausewitz seria um “filósofo da guerra”. Examina-se aqui a cientificidade da teoria clausewitziana da guerra à luz dos critérios de cientificidade da epistemologia de Lakatos, o que nos leva a uma confrontação, com base em uma situação histórica, entre a teoria de Clausewitz e uma teoria rival – a teoria da guerra como fenômeno cultural, de Keegan. A construção de Clausewitz possibilita-nos esperar uma situação que não é permitida pela obra de Keegan. Com base nisso, realiza-se um estudo do caso do Israel antigo, entre meados do século XIII e do século X a.C. Esse exame afere e atesta a cientificidade da teoria clausewitziana da guerra. A partir daí, argúi-se pela fundamentação dos estudos estratégicos com base na teoria clausewitziana da guerra.

Palavras-chave: Estudos Estratégicos – Teoria da Guerra – Clausewitz – Epistemologia – Keegan

Abstract

Epistemology, History and Strategic Studies: Clausewitz vs. Keegan

The article takes issue with the understanding that Clausewitz would be a “philosopher of war”. Clausewitz’s theory of war is addressed with Lakatos epistemological criteria in mind, which leads to its confrontation with a rival theory: Keegan’s theory, according to which war would be a cultural phenomenon. Different expectations are brought about by either theory in what concerns the ancient, Biblical Israel, between the XIII and the X Century BC. Clausewitzian theory’s scientific status is established by this test. The text concludes by arguing that the whole field of strategic studies should be built upon Clausewitzian foundations.

Keywords: Strategic Studies – Theory of War – Clausewitz – Epistemology – Keegan